

Juliana Alves de Andrade | Nilton Mullet Pereira (Orgs.)

Ensino de História

e suas práticas de pesquisa



2ª edição – E-book

Juliana Alves de Andrade é licenciada, mestra e doutora em História. Desde 2007 pertence ao Corpo Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), atuando nos cursos de Licenciatura em História e Pedagogia, nas disciplinas do campo do Ensino de História. É professora do Mestrado Profissional em Ensino de História/Profhistória/UFPE. Atualmente, coordena o Grupo de Pesquisa intitulado “Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Culturas-NEPHECs”, onde desenvolve pesquisas sobre Avaliação da Aprendizagem em História.

Nilton Mullet Pereira é licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Pós-doutor em História Medieval na UFRGS. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na área de Ensino de História. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História – UFRGS. Pesquisa as relações entre a imaginação e a aprendizagem histórica.

Os leitores encontrarão neste livro quase a soma de todas as possibilidades de abordar questões relacionadas ao ensino de História. Os 47 autores que escreveram individual ou coletivamente os 27 capítulos deste livro permitem-nos compreender o estado da arte em nível europeu e americano em termos de investigação relacionada com o ensino da História, quer o façam da filosofia, da historiografia ou de diferentes abordagens psicológicas. Este livro constitui um material incontornável tanto para os alunos-professores como para os que os acompanham nos primeiros passos da carreira, bem como para os professores em exercício, incentivando visões analíticas e reflexivas sobre o seu trabalho cotidiano em sala de aula. É, ao mesmo tempo, um convite para valer-se dele, para dialogar com ele e a redobrar a aposta e para continuar a produzir na coincidência ou na dissidência criativa e benéfica.

Ana Zavala
Facultad de la Cultura,
Instituto Universitario –
Centro Latinoamericano
de Economía Humana.
Montevideo, Uruguay

**Juliana Alves de Andrade
Nilton Mullet Pereira
(Orgs.)**

Ensino de História e suas práticas de pesquisa

**2ª edição
E-book**



**São Leopoldo
2021**

© Dos organizadores – 2021

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinos)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Este projeto editorial e a reprodução de 200 exemplares foram financiados com recurso da CAPES, destinado aos núcleos UFPE, UFRGS, UFSC, UFMT, UEM e URCA, da rede PROFHISTÓRIA.

E59 Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2. ed. [e-book]. /
Organizadores: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira –
São Leopoldo: Oikos, 2021.
470 p.; il.; 16 x 23 cm.
ISBN 978-65-86578-95-9
1. Estudo e ensino – História. 2. Professor – História. 3. Historiografia.
I. Andrade, Juliana Alves de. II. Pereira, Nilton Mullet.

CDU 37.02:93

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

O tema do negro e a vida do negro: dilemas da Educação das relações étnico-raciais no campo da pesquisa em ensino de História

Maurício da Silva Dorneles¹
Carla Beatriz Meinerz²

Há o tema do negro, e há a vida do negro. (RAMOS, 1995, p. 215)

Partimos da premissa de que História e Cultura dos Povos Africanos e Afro-brasileiros é mais do que uma temática de pesquisa a ser explorada no campo do ensino de História. Além de conteúdo, é vida de negras e negros, essa que nos é ainda difícil de reverenciar, porque somos uma comunidade de maioria branca – a dos pesquisadores no ensino de História. Observem a escrita do seguinte texto: uma docente branca da educação superior e um mestrande negro. Não é comum a exposição da cor branca, reveladora do momento que estamos querendo superar, marcado pela falta de equidade nas formas de nomear, nos lugares de poder, na valorização de corporeidades e conhecimentos correlatos.

A presente autoria conjunta é consequência da política de Ações Afirmativas implementada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desde 2008/01, pois Maurício, um dos autores, insere-se como licenciado egresso dessa política. As cotas permitiram o acesso de jovens negros e negras, indígenas e de baixa renda aos cursos universitários nas instituições públicas de Ensino Superior, cumprindo parcialmente a reparação histórica para com essas populações. Durante sua trajetória acadêmica, Maurício teve a oportunidade de participar de ações de extensão e projetos fora da universidade que o aproximaram do Movimento Negro de Porto Alegre e seus agentes, conhecendo outros colegas negros e construindo ações políticas dentro da universidade, em parcerias com alguns Departamentos, Institutos, servidores técnico-administrativos e professores/as. Nessas aproximações, surge a parceria com Carla (docente branca), especialmente através do Curso de Extensão *Territórios Negros: patrimônios afro-brasileiros em Porto Alegre*³.

Reiteramos que se trata de um cumprimento parcial da reparação histórica, pois, no caso da UFRGS, a adoção da Política de Ações Afirmativas,

conforme Relatório 2015 da Comissão de Ações Afirmativas (CAF), inseriu na universidade, no período 2008-2015, 12.471 estudantes cotistas. Nessa totalidade, compõe a categoria negro – termo utilizado até o ano de 2012, ou autodeclarado preto, pardo ou indígena (PPI) em terminologia adotada a partir da Lei de Cotas – um contingente de 3.359 estudantes. Os principais beneficiados foram estudantes não negros oriundos de escola pública, embora resulte de lutas forjadas pelas pessoas negras em movimento contra a profunda desigualdade racial vigente no país. Segundo José Carlos Gomes dos Anjos e Rita de Cássia Camisolão (2017),

[...] na medida em que as múltiplas precariedades das escolas públicas pesam com especial incidência sobre as trajetórias de estudantes negros, cujas dificuldades econômicas estão sempre acrescidas pelos efeitos do racismo cotidiano, o sistema de filtros, que é a reserva de vagas, acaba beneficiando mais os brancos pobres do que os negros igualmente pobres. Como a política de cotas aparece para o público mais geral como sendo uma política apenas de corte racial, o segmento negro acaba ficando com o ônus da demonstração da justeza da política, enquanto segmentos brancos pobres se beneficiam de modo muito mais consistente (ANJOS; CAMISOLÃO, 2017, p. 36).

Ademais, segundo Michele Barcelos Doebber (2011), as práticas institucionais em funcionamento na UFRGS operam da seguinte forma na inclusão de estudantes negros ingressantes pelo Programa de Ações Afirmativas:

[...] para o aluno negro, reconhecer-se diferente é a condição de entrada, tornar-se igual é a estratégia de permanência no jogo. Porém nem sempre é possível e fácil tornar-se igual, como também pode não ser o objetivo destes alunos ao ingressar na universidade. Assim, apesar do programa ter como objetivo promover a diversidade no âmbito acadêmico, para estar na academia é necessário ser como os outros. A pretensão da diversidade esbarra na necessidade de homogeneidade que a universidade impõe, e, na medida em que a universidade passa a ver diferentes como iguais, reforçam-se as desigualdades existentes (DOEBBER, 2011, p. 122).

Tal observação parece distante do foco do tema desta escrita, mas se conecta com nosso argumento central: a defesa do aspecto dimensional das relações étnico-raciais em termos de acolhimento das pessoas, corpos e conhecimentos no campo do ensino de História. Como se sentem as pessoas negras em nossos espaços de ensino de História, sejam aulas, encontros, materiais didáticos ou acadêmicos? São reconhecidos negros como tema ou negros como vida?

O sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos é seminal ao distinguir, nos anos 50 do século XX, as categorias: “negro-tema”, “[...] uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso [...]” e

o “negro-vida”, “[...] algo que não se deixa imobilizar, [...] do qual [...] não se pode dar versão definitiva [...]” (RAMOS, 1995, p. 215).

Nosso enfoque argumentativo explicita que a nomeada temática História e Cultura dos Povos Africanos e Afro-brasileiros é forjada pelo Movimento Negro como ação afirmativa de combate ao racismo no campo dos currículos, associada a um projeto de humanidade alternativo ao hegemônico na atualidade. Reconhecemos que o ensino de História apresenta distintos projetos de humanidade em suas narrativas e práticas. O marco legal que se instaura com a Lei 10.639/03⁴, responsável pela criação do artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, está amparado num projeto de humanidade que questiona não apenas o racismo, mas o ideário civilizador e colonial que o estrutura e permanece operando até os dias atuais. O quilombismo, fundamentado por Abdias Nascimento (2019), inspirado na experiência do Quilombo de Palmares, trata exemplarmente de um outro projeto de humanidade possível.

Inspiramo-nos na leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER), publicadas em 2004 pelo Ministério da Educação, prescrição válida até o momento atual. Tais normas associam as dimensões relacional e cognitiva da proposição dos estudos que abordem questões até então pouco compartilhadas em ambientes acadêmicos e escolares. Justamente porque a emergência desses temas, a partir da Lei 10.639/03, é uma ação afirmativa no campo do currículo, cujo grande objetivo político e pedagógico é contribuir para a erradicação do racismo no Brasil. Salientamos o que Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, redatora das DCNERER, docente universitária indicada pelo Movimento Negro ao Conselho Nacional de Educação, repete incansavelmente:

O objetivo do movimento negro era propor a Educação das Relações Étnico-Raciais como projeto de sociedade e não como temática de estudos. Relações são ações, não são temáticas. Enquanto tratarmos apenas como uma temática, as coisas vão continuar como estão. O meio para alcançar esse projeto de sociedade é o estudo de história e cultura africana e afro-brasileira, mas esse não é o fim; o fim é a ação antirracista no cotidiano institucional (Conferência da aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, Porto Alegre, 14.08.2017).

Somos uma comunidade de pesquisadores de maioria branca. Que impactos isso pode ter no concernente ao tratamento da História e Cultura dos Povos Africanos e Afro-brasileiros? A seguir, abordaremos essa questão.

A palavra negro, branquitude e ensino de História

Afinal, quem tem medo da palavra negro? (CUTI, 2010, p. 10).

Iniciemos com um exemplo advindo de estudos linguísticos e não historiográficos. Abdias Nascimento (2019) demonstra a extensão e a profundidade da influência africana na língua portuguesa expressa no Brasil, seja na morfologia, na fonética ou no léxico, atentando para o fato de que os estudos em destaque sobre o tema estavam sendo ocupados majoritariamente por brancos nos anos 70 do século XX. Para o pensador,

[...] mesmo se concedendo a melhor das intenções aos estudiosos brancos, a verdade é que lhes falta algo além da pura qualificação técnica: falo da impossibilidade que têm demonstrado em entender e aceitar as línguas africanas como parte de um todo íntegro, isto é, parte de um contexto cultural muito mais amplo do que a expressão da língua (NASCIMENTO, 2019, p. 139).

Propomos um exercício de autorreflexão a partir desse questionamento: será que essa impossibilidade atingiu ou atinge parte da comunidade do ensino de História, hoje composta por pesquisadores da historiografia e da educação? Cremos que sim, e expor essa dúvida dialogicamente pode nos ajudar, uma vez que observamos em nossa comunidade um desejo de aliança com projetos que incluam pluralidade, democracia e respeito às diferenças.

Temos receio de usar a palavra negro? Afinal, já nos perguntava Cuti em 2010: “Quem tem medo da palavra negro?” Como educadores e pesquisadores, observamos continuamente professores e estudantes questionarem-se: posso usar a palavra negro? É melhor utilizar afrodescendente ou afro-brasileiro? São questões polêmicas, e por isso é importante conversar sobre tais dúvidas.

O uso dos termos afrodescendentes e afro-brasileiros está cunhado nas DCNERER, datadas de um momento ainda inicial de adesão ao projeto de combate ao racismo nas instituições escolares e acadêmicas. O assunto pode parecer novo para alguns de nós, mas ele é muito debatido na comunidade negra organizada dentro e fora do Brasil há décadas.

O que é um tema ou problema novo? O tema afro ou negro é novo para o ensino de História? É considerado menor historicamente, evocado principalmente pelos pesquisadores negros? Por que é novidade para nossa comunidade ou campo de pesquisa? Alguns podem responder: porque é um tema socialmente vivo, traumático ou ainda resultante de demandas sociais. Outros discutem abstratamente se ele é um tema sensível ou não, buscando formulações teóricas que o sustentem. Não desejamos minimizar tais debates, mas nos perguntamos sobre os motivos de eles serem, por vezes, o centro de nossas preocupações.

Obtemos respostas a partir de Abdias Nascimento, um intelectual e ativista negro brasileiro. Inspirados nele, ousamos dizer que ainda estamos num momento de excessivos condicionamentos atravessados por narrativas brancas e eurocêntricas. Assim, começamos por afirmar que não se trata apenas de uma temática nova para alguns de nós, mas de uma necessidade de reorganização das bases políticas e epistemológicas do ensino de História, a qual se faz no diálogo direto com outras bases normativas, outros projetos de humanidade, jeitos de viver, ancestralidades.

Aprendemos algumas questões para essas perguntas difíceis, junto à Mestre Elaine⁵ nas atividades de ensino e extensão, convivendo num território negro da cidade de Porto Alegre, a MOCAMBO – Associação Comunitária Amigos e Moradores do Bairro Cidade Baixa e Arredores. As práticas da Associação pautam-se, desde 1998, na defesa do jeito de viver da população negra da cidade, o que a alinha como guardiã de memórias e histórias negras.

São respostas que coincidem com a ideia de positivação da história dos negros, detalhada nas DCNERER. Ou seja, não basta ensinar os conteúdos de História da África, dos Africanos e dos Afro-brasileiros; é preciso ensinar a partir dos agenciamentos e positivities das pessoas negras em movimento (GOMES, 2017). Lembramos que a narrativa acerca do navio negreiro, segundo o pensador antilhano Edouard Glissant (2011), destaca o trauma da separação, enquanto a MOCAMBO nos ajuda a reconstruir, a partir da memória da viagem forçada dos ancestrais africanos, a lembrança do achego, da congregação diaspórica forjada em solo gaúcho.

O Associativismo Negro no Brasil esteve presente desde o período colonial, passando também pelo período imperial, sendo ele protagonizado nos aquilombamentos, maltas de capoeira, terreiros de candomblé ou tolerados pela igreja católica como as irmandades religiosas. A partir da abolição e da república, inúmeras entidades civis por todo o país foram criadas e mantidas por e para pessoas negras ou “de cor”. Elas possuíam caráter de atuações diversas, mas principalmente um meio de organização social e político ao buscar congregar a comunidade negra em suas respectivas localidades através de suas iniciativas. Havia sociedades beneficentes ou de ajuda mútua, associações culturais, educacionais, de lazer, carnavalescas, político-institucionais e esportivas. Todas essas frentes foram extintas, fundidas e transformaram-se de acordo com contextos locais ou também por intervenção da conjuntura política do país, mas de alguma forma persistiram e atuam nos dias de hoje com a denominação de Movimento Negro.

No estado mais meridional da federação, principalmente em sua capital, Porto Alegre, desde 1786, a população negra organizou-se nos formatos já

citados e em muitos outros para adquirir alforrias, lutar pela liberdade, denunciar as práticas de racismo no cotidiano através de uma imprensa feita por e para negros, além de promover o acesso à cidadania através de suas instituições.

Segundo José Antônio dos Santos (2016), a trajetória do Movimento Negro na cidade e no estado pode ser dividida em quatro momentos de mobilização e resistência:

O primeiro foi o período que vai de 1892 a 1930, quando os primeiros jornais negros foram fundados, se consolidaram, circularam em boa parte do estado e desapareceram. O segundo foi de 1933 a 1971, que foram os anos de fundação da Frente Negra Pelotense e do Grupo Palmares; entre uma e outra organização houve um momento em que o Estado Novo (1937-1945) pareceu reconhecer a importância dos negros na história do país[...]O terceiro período de mobilizações negras no estado foi de 1971 a 2001, é o espaço-tempo em que o dia 20 de Novembro passou a ser uma demanda nacional do Movimento Negro Unificado e tornou-se o Dia Nacional da Consciência Negra.[...] Finalmente, de 2001 aos dias atuais, tivemos a emergência das questões e organizações representativas dos remanescentes de quilombos, também houve uma série de iniciativas que se voltaram para as políticas de ações afirmativas nos empregos públicos e universidades, para a implementação da Lei 10.639/03 e para a fundação de dezenas de organizações não governamentais que passaram a atuar em diversas questões sociais e culturais (SANTOS, 2016, p. 11).

Segundo o autor, essa é apenas uma tentativa de entendimento do conjunto de iniciativas políticas criadas pela população negra em busca de seus interesses.

Porto Alegre, uma cidade que já escutou os tambores e louvores de uma enorme procissão dos irmãos do Rosário, que sentiu o pisar e o suor de estivadores na zona portuária, que tem um orixá guardando o mercado público, que teve quitandeiras sentadas na Praça da Alfândega, carrega aspecto de uma cidade não oficial, paralela, subterrânea, simulacro de lugar, urgindo compor as narrativas das pesquisas no campo do ensino de História.

Propomos contribuir para a possibilidade de existência epistêmica de um ensino de História comprometido com a vida das pessoas negras. Partindo do pressuposto de que no Brasil o racismo estrutura-se a partir do fenótipo, Cuti (2010) elucida as dimensões políticas do uso do termo negro, observando que

pálabras iniciadas pelo prefixo “afro” não representam em sua semântica a pessoa humana como ocorre com a palavra “negro”. Esta diz de pronto sobre o fenótipo: pele escura, cabelo crespo, nariz largo e lábios carnudos e história social. Variações nesses itens são infinitas. “Afro” não necessariamente incorpora tal fenótipo, sobre o qual incide a insânia branca do racismo. Branca porque é dos brancos. Um “afro” pode ser branco. Há milhões deles. No “afro”, o fenótipo negro se dilui. É por isso que o jogo semântico-ideológico

tem se estabelecido e o sutil combate à palavra “negro” vem se operando, pois ela não encobre o racismo, além disso lembra reivindicação antirracista (CUTI, 2010, p.1).

Abordar o medo dos usos da palavra negro está associado ao temor compartilhado culturalmente em relação às pessoas negras. Colocar-se ao lado, em aliança radical, com as pessoas negras, independentemente de nosso fenótipo, é o que pensamos ser uma atitude pertinente.

Atitudes pertinentes para os pesquisadores e educadores no campo do ensino de História

Evitemos operar com o racismo institucional. Conforme Silvio Almeida (2018, p. 29), o racismo institucional é “tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça”. Com Silvio Almeida (2018) aprendemos a existência de distintas concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. No Brasil, pelas especificidades com que o racismo opera historicamente e nas práticas cotidianas, há uma predisposição a vinculá-lo apenas à sua forma individualista de agenciamento. Estamos tratando de ensino de História, uma prática cultural que acontece em espaços e tempos institucionais, condicionados pela ação humana.

Como seria operar com o racismo institucional no ensino de História? Citaremos dois pequenos exemplos. O primeiro destaca a dissociação entre os conteúdos curriculares e os conteúdos atitudinais previstos nas DCNERER, relativos ao ensino de História e cultura africana e afro-brasileira. O segundo, associado ao primeiro, refere-se às nossas práticas de inserção de pessoas negras em nossos espaços institucionais de ensino de História: a seleção de discentes e docentes negras e negros em distintos espaços de poder a que temos acesso, bolsas de iniciação científica, monitorias, bolsas de extensão, concursos docentes.

Nunca será demais repetir que a consagração das temáticas da história africana, afro-brasileira e indígena nos espaços escolares e acadêmicos, com a relativa ascendência a contar de 2003, ocorre por força do movimento negro e das pessoas negras em movimento (GOMES, 2017) através de suas lutas emancipatórias, que pouco a pouco vêm conquistando aliados entre os brancos. Tais demandas relacionam-se com um projeto de transformação da estrutura racista que domina o cotidiano das relações sociais no Brasil, incluindo instituições educativas e científicas. Requerem uma radicalidade e representatividade que mal começamos a experimentar. Exigem uma transposição mais qualificada ou efetiva do saber acadêmico para as práticas pedagógicas da Educa-

ção Básica, que inclui debate sobre valores, posturas, atitudes. A quebra de desconfianças nos relacionamentos inter-raciais está na base dessa transposição. Em que momento da graduação o licenciando negro (cotista ou não) vive essa experiência relacional diferenciada sobre quebra de desconfianças? Como ele a vive nos espaços de estágio? Na relação com seus colegas?

O presente texto compõe uma publicação que se deseja propositiva, permitindo-nos sugerir algumas atitudes pertinentes, obviamente sem a intenção de fornecer receitas infalíveis, porém com o objetivo de compartilhar escolhas possíveis. Selecionamos três sugestões: a primeira observa a necessidade de conexão com as pessoas negras em movimento, ressaltando o protagonismo das mesmas na qualidade de referências a serem honradas e citadas; a segunda reitera a necessidade de positividade das narrativas acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras; a terceira destaca a necessidade de escurecer nossas referências bibliográficas, assim como dar nome, sobrenome e cor aos nossos aprendizados com estudantes e colegas negros (técnicos ou docentes) em espaços universitários. Vejamos a seguir.

Conexão com as pessoas negras em movimento, ressaltando seu protagonismo e referenciando-as no campo do ensino de História

A propensão em focar nossas abordagens nos temas de pesquisa ou nos conteúdos curriculares para o ensino de História contribui bastante para as mudanças solicitadas no contexto das lutas emancipatórias antirracistas, porém pode ser pouco e, conforme a maneira como a ativamos, tende a reproduzir privilégios brancos e desconhecer autorias e agenciamentos negros. Temos aprendido muito com a presença de estudantes negras e negros nos cursos de licenciatura em História, pois eles trazem novos conhecimentos, novas referências bibliográficas, questionam as instituições escolares e patrimoniais nas quais estagiam, inquirem nossas relações a partir da explicitação do feminismo negro e da luta antirracista. Igualmente temos evoluído com a presença de lideranças negras, quilombolas e indígenas nos espaços acadêmicos. Reconhecer que nossa formação se qualifica com a presença deles não basta. Podemos avançar e escrever junto com eles. É necessário seguir escrevendo nossos artigos acadêmicos, porém citando e honrando o que aprendemos deles, referenciando cenas em que destacamos seus nomes, sobrenomes e sua cor com a devida positividade e aceite dos mesmos, segundo as regras da ética institucional.

Segundo as DCNERER, cabem às comunidades acadêmicas e escolares a divulgação e a produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étni-

co-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, europeus, asiáticos – para interagir na construção de uma nação democrática em que todos tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Tais conhecimentos, segundo as DCNERER, podem e devem ser buscados junto às comunidades negras, que historicamente produzem materiais didáticos e acadêmicos em suas agremiações próprias: culturais, jornalísticas, midiáticas. Sugerimos referenciar esses corpos e coletividades, pois é dentro da comunidade negra, em espaços como os terreiros, escolas de samba, clubes sociais, ruas, que é praticado seu orgulho de pertencimento étnico-racial sem restrições. São nesses lugares que a forma de ser e estar negro no mundo é praticada, ou seja, quando o sagrado entra através de todos os sentidos, como olfato ou degustação, quando os corpos dançam, sambam ou gingam no ritmo de toques dos tambores. Ali outros valores e linguagens gramaticais não ocidentais são exercidos, em que instrumentos de percussão se expressam na qualidade de seres divinos, onde o visível e o invisível estão juntos.

O que constitui a sobrevivência da comunidade negra até o presente é a manutenção de suas tradições, independente do espaço físico, pois ocorre no interior de uma cultura forjada num processo diaspórico africano. Importam, nesse processo, o encontro, o fluxo e a interação construída nos tempos e espaços possíveis e forjados pelos agenciamentos pessoais e comunitários. Uma escola de samba em avenida qualquer de uma cidade, por exemplo, evoca consigo um variado repertório gramatical em forma de linguagem musical, corporal e estética visual. Porém, aquela comunidade depende de todos, da criança à baiana, do passista ao compositor da velha guarda, do ritmista ao intérprete. Todos e todas são importantes no exercício do comunitarismo. Nesse caso, uma avenida onde cruzam centenas de pessoas diariamente, a pé ou em veículos motorizados, torna-se um terreiro, o espaço para a comunidade sacralizar o profano e o sagrado dentro de suas dinâmicas internas e da expressão do orgulho de seu pertencimento étnico-racial. A comunidade negra, nessa circunstância, educa quem a está assistindo, como descreveu o colunista Miguel Pinto de Guimarães (2020):

[...] O desfile das escolas de samba do Rio é o Brasil que dá certo. Educação, cultura, segurança, diversidade, respeito, decoro, disciplina, compaixão e alegria. Tudo o que falta durante o ano sobra na Marquês de Sapucaí, o palco dessa festa. [...] O povo de qualquer classe social, de todas as idades, nas arquibancadas, nos camarotes ou na TV, sai mais culto desses quatro dias de desfile, pois recebe dezenas de aulas de história, literatura, línguas, artes plásticas, teatro, religião, cidadania. São aulas rápidas, setenta minutinhos, lúdicas e cercadas de lirismo, que, com um mínimo de atenção, valem tanto quanto horas em bancos de salas de aula. [...] Quem, no Brasil de hoje, ousaria

reverenciar o babalorixá Joãozinho da Gomeia, negro, homossexual, nordestino e bailarino? Apenas o Brasil da Sapucaí. Além de nos trazerem novos conhecimentos, as escolas de samba nos fazem pensar, questionar os nossos dogmas. [...] O Brasil da Sapucaí é diverso, é sensual, é generoso. É, acima de tudo, humano. Sincretiza em um mesmo verso Axé e Amém. Tem Exu e Jesus evoluindo lado a lado como deveria ser nas encruzilhadas da vida. É um país muito melhor. O Brasil da Sapucaí é o país em que eu teria muito orgulho de viver nos outros 360 dias do ano (GUIMARÃES, 2020).

O colunista faz referência ao que aprendeu na Sapucaí e destaca o desejo de viver os outros 360 dias do ano nesse Brasil experimentado na avenida. O país que ele apreciou no desfile é construído diariamente pelas pessoas que ainda vivem sem saneamento básico, com escolas precárias, em postos de trabalho subalternizados. São as comunidades de onde estão saindo os jovens negros e negras que acessam as reservas de vagas nas universidades brasileiras. Detentoras de um conhecimento ancestral, essas pessoas possuem a capacidade de transformar a matéria-prima da vida em fantasias e alegorias. Elas criam histórias, reais ou fictícias, para esquecer as dores das lutas diárias e, assim, vivenciar o seu quilombismo durante alguns minutos numa avenida ao lado dos seus. É na avenida, no salão, no terreiro ou dentro da roda que o encantamento acontece.

Mestra Elaine é exemplo de articuladora da comunidade negra em Porto Alegre, também nos festejos do carnaval. É uma das personagens do jogo pedagógico *As Viagens do Tambor*⁶, construído com lideranças negras da cidade. O jogo de tabuleiro representa uma imersão na cidade de Porto Alegre através de personagens históricos, espaços e práticas culturais negras. Insere-se no Programa de Extensão Universitária Laboratório de Ensino de História e Educação (LHISTE)/UFRGS) dentro do Projeto Territórios Negros: patrimônios afro-brasileiros em Porto Alegre.

A seguir, associamos a sugestão de conexão com a comunidade negra e a segunda atitude que nos parece pertinente: a positivação das narrativas acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras.

Positivação das narrativas acerca das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras

Reafirmamos autorias negras, seminais, como Abdias Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos. Aprendemos isso na recomendação da escrita conjunta que resultou nas DCNERER, que indica textualmente nomes a serem reverenciados:

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira far-se-á por diferentes meios, inclusive a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do

ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyra Falcão dos Santos, entre outros).

Ainda:

O ensino de História e Cultura Africana se fará por diferentes meios, inclusive a realização de projetos de diferente natureza, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes na diáspora, em episódios da história mundial, na construção econômica, social e cultural das nações do continente africano e da diáspora, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (entre outros: rainha Nzinga, Toussaint-Louverture, Martin Luther King, Malcolm X, Marcus Garvey, Aimé Césaire, Léopold Senghor, Mariama Bâ, Amílcar Cabral, Cheik Anta Diop, Steve Biko, Nelson Mandela, Aminata Traoré, Christiane Taubira).

Sabemos das polêmicas possíveis acerca dessa ideia de posituação da História como ação afirmativa no campo do currículo. Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho (2012) compartilham de forma profunda os dilemas que se apresentaram a eles no momento de elaborar o livro *Uma história do negro no Brasil*, publicado em parceria pela Fundação Palmares/MinC e pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) /UFBA em 2006. Os dilemas diziam respeito às dificuldades em equacionar os desdobramentos das pesquisas sobre a história da África, da diáspora africana e das trajetórias das populações afro-brasileiras na Educação Básica e Superior no contexto da efetivação das DCNE-RER. Os autores destacam que a grande novidade está no papel decisivo dos movimentos sociais, no repensar a memória nacional (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2012, p. 49). Ressaltam que o artigo 26A estabeleceu uma perspectiva de narrativa histórica a ser adotada no ensino de História: as lutas políticas e o protagonismo negro na sociedade brasileira. Justificam suas decisões na busca de narrar a história dos africanos e de seus descendentes na qualidade de pessoas que “(...) reinventaram, com base em um rico repertório cultural, na experiência da diáspora, a si mesmos e às populações com as quais se relacionaram” (2012, p. 55).

Finalmente, apresentamos a terceira atitude, igualmente conectada com a escrita proposta.

Escurecer nossas referências bibliográficas: sugestões de leituras e sítios na internet

A diáspora africana é decorrente do projeto colonial e civilizatório imposto pelos povos da Europa sobre os povos da África e América. Ela forja nossa “amefricanidade” (GONZALES, 1998). São autores negros, forjados na diáspora africana, que atentam e denunciam, tais como Stuart Hall (2003) e Paul Gilroy (2012), que trata também da ideia de Atlântico Negro. Tais conceitos ressignificam a experiência negra dos últimos séculos a partir de novos elos estabelecidos nessa migração forçada e violenta, desmistificando a escravização como único determinante de suas vidas. Aimé Césaire (1978) nomeia o colonialismo branco ocidental, pondo em contato civilizações diferentes, na qualidade de nefasto pelos efeitos que produz.

Sugerimos a atitude de escurecer nossas bibliografias. Por isso listamos abaixo algumas leituras e sítios na internet, além das citadas nas referências ao longo do texto e no final.

Leitura imprescindível

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP Nº 003/2004, de 10 de março de 2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

Outras leituras recomendadas

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FALERO, José. *Vila Sapo*. Porto Alegre: Venas Abiertas, 2019.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. *Dicionário de História da África: Séculos VII a XVI*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MOREIRA, Adilson. *Racismo Recreativo*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: UnB/INCTI, 2015.

SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar*. São Paulo: Odysseus, 2003.

Sítios na internet

CANAL PRETO: Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UcklJw4VffxmmEgH3lvLyJQ>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CASA DAS ÁFRICAS: ESPAÇO CULTURAL E DE ESTUDOS SOBRE SOCIEDADES AFRICANAS: Disponível em: <<https://www.casadasafricas.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CULTNE – O ACERVO DIGITAL DE CULTURA NEGRA: Disponível em: <<http://www.cultne.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA: Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

IPEAFRO – INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MUSEU AFROBRASIL: Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/>>.

INSTITUTO DOS PRETOS NOVOS – MUSEU MEMORIAL: Disponível em: <<http://pretosnovos.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Na qualidade de produções didáticas e práticas pedagógicas ou metodológicas, sugerimos

SILVA, Fernanda Oliveira [et al.]. *Pessoas comuns, histórias incríveis: construção da liberdade na sociedade sul rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS/EST Edições, 2017.

JOGO AS VIAGENS DO TAMBOR. LHIESTE/UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/lhiste/category/acervo/jogos-acervo/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Concernente à metodologia de pesquisa, sugerimos sonhar com uma história compartilhada, inspirados na experiência da antropologia e cinegrafia⁷, na qual deixaremos de tratar de fontes ou de testemunhas, mas trocaremos histórias com pessoas de saberes próprios e nos encontraremos equitativamente em nossos espaços acadêmicos ou escolares. No campo da pesquisa, podemos citar a pesquisa ação colaborativa, a pesquisa ativista, forjando e cunhando procedimentos a partir da “amefricanidade” (GONZALES, 1998), como a roda de conversa ou a “escrevivência”, inspirada em Conceição Evaristo (2007). Na área da docência, como prática pedagógica, sugerimos assentar histórias de vida dos nossos jovens estudantes, fazendo a leitura de uma história estrutural e não apenas individual. Distinguir que a história deles e o que se passa com eles importa! Cruzar essas histórias com as narradas por Conceição Evaristo, por exemplo, entrelaçando narrativas familiares e escritas pessoais.

Dissertações e teses, defendidas e apoiadas em ações afirmativas dos Programas de Pós-Graduação, têm construído e forjado esses novos repertórios. Atitudes de pesquisa e de docência exigem posição política e criatividade na qualidade de virtudes do mensageiro dos Orixás, inspiração de Elza Soares, no álbum *Deus é Mulher* (2018), canção *Exú nas Escolas*. Busquemos juntas e juntos!

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. Os dilemas de dois autores frente a Uma História do Negro no Brasil. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 45-60, jun. 2012.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; CAMISOLÃO, Rita de Cássia. Rediscutindo reserva de vagas nas universidades: para quem? Para que? Como? *DEDS em Revista*, v. 1, n. 2, p. 3.441, 2017. Disponível em: <https://issuu.com/deds-ufrgs/docs/revista_deds_2017>. Acesso em: 16 ago. 2019.

AULA INAUGURAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PROFERIDA POR PETRONILHA BEATRIZ GONÇALVES E SILVA, POR OCASIÃO DO PRIMEIRO EDITAL COM AÇÃO AFIRMATIVA, 2017, Porto Alegre.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é Racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP N° 003/2004, de 10 de março de 2004*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Prefácio de Mário de Andrade. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

CUTI, Luiz Silva. Quem tem medo da palavra negro. *Revista Matriz/Grupo Caixa Preta*, Porto Alegre, novembro de 2010.

DOEBBER, Michele Barcelos. *Reconhecer-se diferente é a condição de entrada: tornar-se igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS*. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/37379>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21. Disponível em: <<http://nossaescrivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-umdos.html>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GLISSANT, Edouard. *Poética da Relação*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUIMARÃES, Miguel Pinto. A República do Brasil da Sapucaí. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27/02/2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/artigo-republica-do-brasil-da-sapucaia-24274199>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes, 2012.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas, *Etnográfica*, 2000, v. 4, n. 2, p. 333-354.

MACEDO, José Rivair. Entendendo a Diáspora Africana no Brasil. In: FERNANDES, Evandro et al. (org.). *Da África aos Indígenas no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Terceira edição. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NOGUERA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. *Revista da ABPN*, Goiânia, v. 3, n. 6, p. 147-150, nov. 2011-fev. 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995 [1957]. p. 215-240.

SANTOS, José Antônio dos. *Movimento Negro no Rio Grande do Sul*: apontamentos de uma história. In: XIII Encontro Estadual de História – ANPUH-RS, 2016, Santa Cruz do Sul – RS. Ensino, Direito e Democracia: anais/XIII Encontro Estadual de História de 18 a 21 de julho de 2016. Porto Alegre – RS: ANPUH-RS, 2016. p. 01-17.

¹ Maurício da Silva Dorneles. Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: maudsd@gmail.com

² Carla Beatriz Meinerz. Doutora em Educação. Professora do Departamento de Ensino e Currículo e do PPGEdu/UFRGS. E-mail: carla.meinerz@gmail.com

³ Curso desenvolvido através do Laboratório de Ensino de História e Educação (LHISTE) da UFRGS, institucionalizado como Programa de Extensão, originando-se de uma demanda trazida de fora da universidade pelos sujeitos e grupos envolvidos com o Projeto da Prefeitura Municipal intitulado Territórios Negros, um percurso de ônibus que percorria pontos específicos da cidade, passando por regiões historicamente reconhecidas como territórios de moradias, trabalhos, lutas, sociabilidades e religiosidades vinculadas à negritude. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/lhiste/extensao/territorios-negros/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

⁴ Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”.

⁵ Maria Elaine Rodrigues Espindola, mulher negra e ativista social. A mestra atua na liderança da MOCAMBO e possui reconhecimento como Griô (refere-se à condecoração, por política pública ou não, relativa aos saberes da oralidade dos descendentes de africanos no Brasil) pelo Projeto Museu Percurso do Negro/Centro de Referência Afro-brasileira/Programa MONUMENTA (2009) e pela Câmara Municipal de Porto Alegre (2010). Professora aposentada, é filha de Mariazinha, fundadora da Ala Verde Que Te Quero Rosa da Escola de Samba Praiana. Milita em diferentes espaços políticos e culturais porto-alegrenses, tais como: Orçamento Participativo, Associação de Remanescentes de Quilombos, Programa Quilombolas em Rede, Conselho local de saúde, Piquete O Mocambo dentro do Acampamento Farroupilha de Porto Alegre. Atua nas atividades de extensão e ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como Mestre Griô, destacadamente na disciplina *Encontro de Saberes*, Porto Alegre.

⁶ O jogo está disponível em: <<https://www.ufrgs.br/lhiste/category/acervo/jogos-acervo/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

⁷ Referência à experiência inspirada em Jean Rouch, cunhada como antropologia compartilhada, instauradora de mudanças radicais na relação entre pesquisador e pesquisados. Ver mais no verbete: ESTRELA DA COSTA, Ana Carolina. 2016. “Jean Rouch”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/autor/jean-rouch>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Este é um livro que reúne anos de pesquisa sobre o Ensino de História no Brasil. Este texto é único na América Latina. Os posicionamentos teóricos do livro cobrem uma ausência notável e demonstram a importância desse tipo de trabalho para compreender, repensar e atualizar a pesquisa no ensino de História dentro e fora da escola. Da mesma forma, há uma intenção deliberada de discutir problemas metodológicos na pesquisa, o que mostra que, no Brasil, esse campo pode ser considerado consolidado como parte da pesquisa educacional contemporânea. Além disso, o livro oferece referências empíricas diversas e inovadoras para a pesquisa. Por fim, abrem-se novos caminhos para pensar e investigar o ensino de História, repensando as diferentes disciplinas de estudo e extrapolando os limites da escola. Este livro será, sem dúvida, uma referência obrigatória para quem deseja aprofundar-se na pesquisa contemporânea no Ensino de História não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

Sebastián Plá

Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)



ISBN 978-65-86578-95-9

